

**COMISSÃO LOCAL DE FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO NA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO
INTERNACIONAL DE VIRACOPOS – COLFAC VCP**

**27ª REUNIÃO DA COLFAC
ATA**

**05/10/2021, terça-feira, 9h30.
ALF/VCP, Online (Microsoft Teams).**

Participantes:

Fabiano Coelho	RFB - COORDENADOR TITULAR
Rita de Cássia Lourenço	Representante VIGIAGRO
Elson Isayama Anselmo Riso	Representantes dos Importadores e Exportadores
Pedro Parigot	Representante dos Recintos
Lígia Aparecida dos Santos	Representantes Anvisa

- Total de 192 participantes logados no aplicativo.

DESENVOLVIMENTO

- Foi aprovada a Ata da 26ª Reunião COLFAC.

1) Homologações Anatel, com o Assessor Técnico da Gerência de Certificação e Numeração (ORCN), Sr. SECUNDINO DA COSTA LEMOS.

- O representante da Anatel explanou acerca da motivação e importância da certificação e homologação dos produtos de telecomunicação e emissores de radiofrequência.
- Indicou a legislação concernente ao assunto e observou que a Anatel não possui parque tecnológico próprio.
- O representante do Sindasp perguntou se haverá a inclusão da Anatel como interveniente na cadeia do comércio exterior.
- O Orientador Aduaneiro da ALF/VCP perguntou se a importação é um ato de comercialização pela Anatel, e neste caso, a fiscalização de Zona Primária estaria impossibilitada de realizar retenções em equipamentos não homologados pela Anatel.
- O representante da Anatel esclareceu que importações de equipamentos de telecomunicações e de radiofrequência sem a competente homologação constitui infração.
- Foi solicitada a participação da Anatel no Siscomex, para dar celeridade aos processos de importação, principalmente.
- O representante da Anatel confirmou que esse pleito está em andamento junto à Camex e à RFB para que a Agência atue como interveniente.
- Asseverou-se que, no geral, são poucos equipamentos que não emitem radiofrequência. Nesse caso, a homologação é dispensada.

- O chefe do SERAD observou a existência de exportação de selos da Anatel e solicitou como pode ser verificada a regularidade dessa homologação.
- O representante da Anatel asseverou que o exportador, nesse caso, tem que comprovar o vínculo com a empresa detentora da certificação / homologação junto à Anatel. Observou também que existem selos de segurança para baterias que contém lítio.

Encaminhamentos:

- Evento específico para continuidade dos debates dos temas junto à Anatel, com convite extensivo à Secex e Coana.
- Convite à participação da Anatel na 3ª Edição do Informativo Colfac VCP.

2) Nova Portaria Colfac: importância de VCP na ampliação do mecanismo para todo o Brasil e perspectivas de futuro na organização interna de nossas atividades.

- O representante da RFB anunciou a publicação da Portaria conjunta RFB/DAS/Anvisa nº 61, de 30 de agosto de 2021 que regulamenta as Colfacs, traz nova formatação às reuniões, legitimação e criação de 15 comissões em âmbito nacional.
- Observou que a Colfac em VCP tem periodicidade maior que a determinada na Portaria, além da participação efetiva da comunidade que atua no sítio aeroportuário.

Encaminhamentos:

- Sem encaminhamentos.

3) Convênio entre o CIESP Campinas e CCC&R – Câmara de Comércio Exterior de Campinas e Região para o Projeto Operador Econômico Autorizado – OEA.

- O representante do Ciesp informou que o convênio entre a entidade e a CCC&R vai propiciar o conhecimento do Programa OEA pelas pequenas e médias empresas.
- Haverá o webinar para essas empresas apresentando detalhes do Programa OEA e os benefícios gerados.
- O webinar ocorrerá dia 07/10/2021 às 9h00 via zoom para associados CIESP e CCC&R.
- O representante da Ciesp destacou a importância de as empresas locais aderirem ao Programa.

Encaminhamentos:

- Sem encaminhamentos.

4) Apresentação das mudanças procedimentais decorrentes das demandas dos despachantes aduaneiros.

- O chefe da DIDAD observou que foi atendida a principal demanda dos despachantes que era a previsibilidade do agendamento da conferência física.
- Foi apresentada a nova formatação da conferência física antecipada para DIs em canal vermelho. A cada 2 lotes de parametrização, haverá 1 horário fixo a ser definidos.
- Lote 1 e 2 – Verificação física à tarde, lote 3 e 4 – Verificação à noite, lote 5 e 6 – Verificação na manhã do dia seguinte.
- Previsão de início da nova sistemática de conferências físicas: 11/10/2021.

- Como parte das melhorias da divulgação do agendamento, além dos e-mails, haverá a criação de um grupo no Telegram para envio de mensagens com os agendamentos.
- O representante da RFB asseverou que a ideia é ter o maior número possível de canais de comunicação com os despachantes.
- O chefe da DIDAD asseverou que casos de retrabalho (2ª conferência física) representam menos de 3% das conferências realizadas. Isso se dá pelo fato de o fiscal já saber o motivo do redirecionamento, logo ele sabe o que é necessário conferir na carga.
- A redução de tempo médio está na ordem de 15%, com espaço para melhorias.
- O representante da ADAB colocou a associação à disposição para divulgação nos novos procedimentos.
- O representante da RFB mencionou que está em estudo a possibilidade do plantão de sembarçar, baseado em critérios objetivos, cargas de empresas não OEA.

Encaminhamentos:

- Sem encaminhamentos.

5) Atualização do procedimento de fiscalização sobre suporte e embalagem de madeira com base na Portaria nº 385/2021 x IN nº 32/2015.

- O representante da Vigiaagro destacou a turbulência vivida pelo órgão devido às alterações concomitantes de legislação, procedimentos e sistemas. Observou o maior impacto na área animal.
- Concorda que as mudanças gerarão harmonização e padronizações dos procedimentos, com equipes únicas nacionais para análise de processos. Observou o empenho do órgão para que tudo esteja resolvido com a maior brevidade possível.
- Indicou que a Portaria nº 385, de 25 de agosto de 2021 é uma norma guarda-chuva para produtos vegetais em trânsito internacional em relação às medidas fitossanitárias a serem adotadas e que a IN nº 32/2015 é específica para fiscalização e certificação de embalagens e suportes de madeira no trânsito internacional, continua em vigor.
- A Portaria traz uma nova previsão, a possibilidade de destruição de embalagens e suporte de madeira (artigo 6º), porém a norma não indica o tipo de destruição (artigo 7º, §1º). Também há a possibilidade de tratamento da madeira (artigo 7º), a depender do risco fitossanitário.
- A norma indica que empresas credenciadas prestarão o serviço de destruição da madeira, dentro das especificações ditadas pela normativa, porém a empresa deve se encontrar em área de controle aduaneiro. Atualmente, no Brasil, não existem empresas credenciadas pelo MAPA para este fim.
- Observou que existe um grupo de trabalho para revisão da IN nº 32/2015, para mitigar o descompasso entre as duas normas, uma vez que a IN não prevê a destruição de madeira.
- Asseverou a importância do acompanhamento das alterações da IN, principalmente dos artigos nº 33 e 34, que só contemplam a devolução da madeira ao exterior.

- O representante da Sindasp lembrou solicitação de 2019 em relação aos artigos 33 e 34 da IN nº 32/2015, e reforça o pedido para que seja definido o modelo de destruição ou de tratamento da madeira. Também solicita, por intermédio da Colfac, o pedido de positivação do modelo seja de destruição, seja de tratamento, inclusive considerando uma questão financeira.
- O representante da RFB solicita uma força-tarefa dos envolvidos, inclusive Coana e Procomex, com urgência, para revisão dos artigos citados e habilitação de empresas em zona primária para operar o serviço previsto na legislação.
- A representante da Abiquim propõe um trabalho em conjunto para ter uma proposta única em relação às alterações da IN nº 32/2015, além de soluções para credenciamento de empresas ou ONGs que tenham interesse em trabalhar na zona primária, com tratamento ou destruição da madeira.
- O representante da RFB solicita a intervenção das prefeituras de Campinas e Hortolândia.

Encaminhamentos:

- As diversas entidades envolvidas (Ciesp, Sindasp, Abiquim, Abihpec) irão se reunir e oficiar o MAPA com um texto em comum, dando mais consistência à solicitação das possibilidades de tratamento ou destruição da madeira.
- As entidades irão se reunir para definir estratégias de apoio à consolidação da proposta de alteração dos artigos nº 33 e 34 da IN nº 32/2015.

6) Andamento das reformulações no Trânsito Aduaneiro.

- O chefe do SERAD apresentou o 7º lote de recepção para DTAs.
- Observou as mudanças que ocorreram na Portaria ALF/VCP nº 123/2020, em especial, o artigo 5º-A sobre a vedação à descrição genérica.
- Asseverou a necessidade de utilização do leiaute próprio para o relatório de rotas escalonadas (Anexo único da Portaria ALF/VCP nº 123/2020).
- Explicou que, sobre revisão de rotas, 3 portarias já se encontram publicadas e em vigor, e que há uma 4ª a ser expedida em breve, com início de vigência 15 dias após a publicação. Observou também que cada portaria contempla 5 rotas e solicitou atenção às rotas vedadas, uma vez que as DTAS não são recepcionadas, acarretando a necessidade de reificação.
- Destacou que a rota deve ser cumprida integralmente, não havendo espaços para escolha deste ou daquele caminho.
- O representante da RFB confirmou que a rota precisa ser espelho do que está no sistema, a fim de evitar punições.

Encaminhamentos:

- Sem encaminhamentos.

7) Correios Valinhos – Remessa Postal Internacional.

- O chefe da SARPE indicou que o recinto dos Correios já se encontra alfandegado, porém até o momento só teve uma operação piloto de exportação, com participação de todos os órgãos (Anvisa, Viagiagro e Ibama) além da ABV e Lufthansa, para alinhamento de procedimentos.

Saíram do país 6 toneladas de mercadorias devolvidas à origem, de um total de 600 toneladas.

- O representante da RFB mencionou que, em 2020, Viracopos teve o registro de 70.000 DIs a mais em comparação ao ano anterior. Isso gera mais desafios ao setor público, e gera mais oportunidades ao setor privado. A ideia é aproveitar todas essas oportunidades sem perda de nível de qualidade de serviço e eficiência nos processos.
- A representante do Correios asseverou os ajustes nos fluxos, as adequações nos sistemas e a expectativa que o recinto comece a operar, antes do Natal, os processos de importação e exportação de remessas postais internacionais.
- Observou que o entrave junto ao MAPA é relacionado à efetivo de servidores, e junto à AN-VISA é relacionado à inspeção física a ser realizada pelo órgão.
- A representante da Vigiagro asseverou que o Ceint Valinhos está sob jurisdição regional e não de Viracopos.
- O representante da ABV mencionou seu desconforto com a situação dos Correios, pelo fato do Ceint ainda não estar operando por fatores alheios ao recinto. Solicitou celeridade aos envolvidos e priorização e na solução dos entraves burocráticos.

Encaminhamentos:

- Reunião entre MAPA, Sindasp e Secretaria do desenvolvimento econômico de Campinas considerando que a entrada em produção do Ceint configura importante vetor de crescimento econômico para cidade e para a região.

8) Vídeo sobre atuação da ANVISA, realizado pela ALFVCP TV.

- A representante da Anvisa observou as mudanças nos processos de trabalho do órgão, além das adequações internas em um cenário de quadro reduzido de servidores.
- Foi apresentada a produção da Alf VCP TV sobre o trabalho da Anvisa no Aeroporto de Viracopos. O vídeo destacou as principais atividades desenvolvidas pela unidade.

Encaminhamentos:

- Sem encaminhamentos.

9) Outros assuntos.

- O representante da RFB observou também o aumento do fluxo do sítio aeroportuário nos últimos 2 anos, com o aumento no número de operações da ordem de 150.000, entre DIs, DU-ES e DTAs, em comparação ao período anterior à criação da Colfac VCP.
- O representante da ABV observou a conclusão da instalação do novo sistema de conferência física remota, que atende RFB, Anvisa e Vigiagro.
- Observou nova legislação do MAPA na área animal (importação) que fez com que a ABV se certificasse e construísse um laboratório para esse fim.
- Asseverou a importância da Colfac como solução dos gargalos nos processos de trabalho com melhorias nos fluxos de trabalho.
- O representante da Libraport observou que a empresa é finalista de Prêmio da Sindusfarma, mencionou a nova área refrigerada que foi objeto de artigo no 2º Informativo Colfac VCP.

- Salientou também que a Libraport está na última auditoria para certificação IATA e que a empresa foi revalidada pelo Programa OEA.
- A representante da Multilog observou as novas rotas aprovadas para trânsito simplificado, duas novas certificações OEA para as unidades de Joinville/SC e São José dos Pinhais/SP.
- Observou também o pedido de certificação OEA para a transportadora Multilog.
- O representante da RFB observou a participação nas Colfac VCP da ABRAEC – Associação Brasileira das Empresas de Transporte Internacional Expresso de Cargas e asseverou a importância da habilitação especial para as empresas de courier, que autoriza as operações na importação comum e divulgação dessas possibilidades junto à comunidade aeroportuária.
- Observou também a implementação do centro de vigilância localizado no prédio administrativo e agradeceu a todos os envolvidos pelo empenho nos cumprimentos de prazos estabelecidos pela Coana e indicou que a inauguração oficial ainda ocorrerá no mês de outubro.
- O representante da OAB-Campinas convidou os participantes para o 3º Seminário de Comércio Exterior da Comissão de Direito Aduaneiro e Comércio Exterior da OAB, a ser realizada nos dias 26 e 27 de outubro de 2021, das 9 às 12h, com participação da RFB e DPF.
- A próxima reunião Colfac VCP será realizada dia 09/11/2021.

Encaminhamentos:

- Sem encaminhamentos.